

## ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CORPO DE BOMBEIROS DE PELOTAS

Paulo Pezat<sup>'</sup>  
Elisabete Leal<sup>''</sup>  
Rodrigo Martins<sup>'''</sup>

**Resumo:** Este artigo descreve as etapas desenvolvidas na construção do 'Arquivo Histórico da Corporação de Bombeiros de Pelotas'. O referido Arquivo, tratado no Projeto de Pesquisa de mesmo nome visa mostrar à comunidade pelotense as inúmeras funções inerentes ao *modus faciendi* dos bombeiros do 2º subgrupos de Combate a Incêndios<sup>1</sup> – unidade centenária lotada na Cidade de Pelotas – e assim, contribuir para desenvolver um olhar diferente sobre uma Instituição Oficial que embora nascida para debelar incêndios, proteger vidas e patrimônios, desenvolve outras funções dentro do contexto social, político e econômico no seu espaço de atuação.

**Palavras-chave:** arquivo, memória, organização, documento.

Abstract:

Abstract: Abstract: This article describes the steps undertaken in the construction of the 'Historic Archive of the Pelotas Fire Department'. This file, treated in the research project of the same name is intended to show the pelotense community the many functions inherent in the *modus faciendi* of the firefighters of Second Subgroup of Fire Fighting – Centenary Unit located at the city of Pelotas – and thus, help to develop a different view on an institution that, although born to tackle fires, to protect lives and assets, developed other roles within the social, political and economic context in its area of action.

---

<sup>'</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas.

<sup>''</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas.

<sup>'''</sup> Acadêmico do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas.

<sup>1</sup> Denominação atual do Corpo de Bombeiros de Pelotas. [www.brigadamilitar.rs.gov.br/bombeiros](http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/bombeiros)

Keywords: file, memory, organization, document

Como fazer história se perdermos a memória? Sem registros minimamente tratados e organizados não se consegue entender como aconteceu o processo de desenvolvimento de qualquer área ou setor de nosso interesse e de nossas vidas.

Neste artigo busca-se esclarecer o processo de construção do Arquivo Histórico do Corpo de Bombeiros de Pelotas (RS), aqui referido como Arquivo Histórico. Os registros históricos desta corporação – a segunda mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul e uma das mais antigas do Brasil, constitui-se em verdadeiro referencial histórico para outros aquartelamentos do gênero. Organizar um Arquivo Histórico permanente é mais que justificável, partindo-se da premissa de que:

(...) todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservam, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, ‘virtuais’ (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória)-, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma seqüência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa.<sup>2</sup>

As bases para a materialização do Arquivo Histórico foram estabelecidas a partir de um conjunto de esforços envolvendo a parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e os servidores do Corpo de Bombeiros, dando origem ao Projeto de Pesquisa: Arquivo Histórico da Corporação de Bombeiros de Pelotas. Começamos efetivamente em setembro de 2008 e temos a previsão de conclusão em dezembro de 2010. É uma obra que conta com a direção dos professores doutores Paulo Pezat e Elisabete Leal e dos alunos do curso de História da UFPEL Thalita Medeiros, André Almeida, Patrick Darlan e Rodrigo Martins, soldado do corpo de bombeiros de Pelotas

É nosso dever destacar, desde já, o elevado nível de sensibilidade encontrado junto ao alto comando da corporação que, alertado sobre a eminente deterioração de parte do acervo documental da Unidade, com elevado risco de perdas irreparáveis, e

---

<sup>2</sup>ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. in.Revista estudos Históricos.Rio de Janeiro.n17,1996.disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/186.pdf>. acesso em 06 de março de 2009.

considerando a vulnerabilidade dos documentos e registros feitos em papel, sem maiores delongas manifestou-se favoravelmente ao desenvolvimento do Projeto e à elaboração do Arquivo Histórico aqui tratado.

É público e notório que, de um modo geral, tanto em unidades do serviço público quanto em entidades particulares de todos os fins e níveis, registros e documentos cumprem finalidade administrativa e logo são “esquecidos”, pois de um modo geral os

... Administradores tendem a ver os valores imediatos da documentação, não se preocupando com o seu conteúdo histórico. A consequência tem sido a destruição indiscriminada ou o acúmulo caótico de conjuntos documentais básicos para a reconstituição do passado (...). Os resultados têm sido, entre outros, a perda de provas de direito dos cidadãos, a imprecisão no fornecimento de subsídios para o processo decisório e sérias lacunas no acervo documental potencialmente importante para a investigação retrospectiva.<sup>3</sup>

Sem sombra de dúvidas, a atenção centrada no imediatismo da informação leva à negligência por parte daqueles que deveriam, por obrigação legal, conservar os registros como forma de preservação da memória, pois como afirma Jardim:

Desde a mais alta antiguidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’ inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de *graffiti* e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado (...) A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda a atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória ou seja sem os arquivos.<sup>4</sup>

E, ao falarmos em preservação da memória e conservação de registros, invocamos a relevância dos arquivos como elementos que “*constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada*”.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Ferreira, Lúcia de Fátima e Moraes, Laudereida Eliana. Preservação de Acervos Arquivísticos e Promoção da Cultura Local. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. Disponível em: [www.ufmg.br/congnext/culturcultura21pdf](http://www.ufmg.br/congnext/culturcultura21pdf). acesso em 08 de março de 2009.

<sup>4</sup> JARDIM, José Maria. A invenção da Memória nos Arquivos Públicos. In: Ciência da Informação – volume 25, número 2, 1995 – artigos. Disponível em: [revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/439/397](http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/439/397). Acesso em 03 mar 2009.

<sup>5</sup> Ibidem, p.137.

É importante registrar que o processo em busca de apoio para a organização do Arquivo Histórico não foi somente direcionado aos comandantes na medida em que buscamos mostrar aos servidores da unidade a relevância do trabalho executado pelos estagiários e professores e a importância em conservarmos uma parte da história documental dos bombeiros como componente de uma memória/identidade da ação do grupo junto à sociedade assim, como afirma Batista:

A identidade é uma categoria extremamente diferenciada dentro das Ciências Humanas e Sociais. Pode ser abordada em relação à questão de gênero, pode ser definida a partir da religião que se professa, pode ser construída, e geralmente o é, com a contribuição da atividade profissional que uma pessoa exerce, está intimamente ligada ao grupo étnico ao qual pertencemos, o que já inclui outras categorias como língua, costumes, etc.<sup>6</sup>

Partimos então para a realização de um levantamento para entendermos o que eram aqueles documentos e juntamente fomos substituindo as caixas avariadas, tomando o cuidado de mantermos a mesma ordem de separação utilizada pela unidade. Considerando a grande quantidade de material a ser levantado para avaliação, afinal são documentos produzidos ao longo da existência do quartel, optamos por escolher os mais avariados e em situação crítica e assim, tomarmos as medidas necessárias para o salvamento e a guarda desses documentos.

Conforme Bernardes:

A avaliação de documentos de arquivo é uma etapa decisiva no processo de implantação de políticas de gestão de procedimentos tanto nas instituições públicas e privadas. (...) Para o administrador que está com os depósitos abarrotados de documentos, sem dúvida, a avaliação sugere uma eliminação imediata do papel, com vistas à liberação de espaço físico. No entanto, se o processo de avaliação não for efetivamente implantado através de tabelas de temporalidade, não tardará muito para que a produção e acumulação desordenadas preencham novamente todos os espaços disponíveis.<sup>7</sup>

Além do que, a falta de avaliação certamente poderia levar-nos a incorrer no equívoco de eliminar documentos preciosos. Por outro lado, relatos dos servidores mais antigos da unidade corroboram as palavras de Bernardes. A limpeza para

---

<sup>6</sup> BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos Relevantes para o Desenvolvimento do Turismo Cultural. in: Caderno Virtual de Turismo.vol.5, nº3, 2005, p. 30.

<sup>7</sup> BERNARDES, Ieda Pimenta: Como avaliar Documentos de Arquivos. São Paulo: Arquivos do Estado, 1998, p. 12.

abertura de espaço foi, até então, prática usual à medida que o depósito de guarda dos documentos “velhos” fora ficando cheio. Isso nos faz pensarmos a respeito do prejuízo histórico deixado como herança ou pela ignorância ou ainda, pelo interesse de alguns.

Também no sentido de avaliação dos documentos destacamos Jardim:

A quantidade e a variedade de suportes e formatos documentais, de um lado, e a escassez de recursos arquivísticos, de outro, implicam que os documentos produzidos e acumulados por uma organização devam inevitavelmente passar por um processo de avaliação. Esta avaliação teria objetivos aparentemente muito simples: identificar o valor dos documentos de maneira a estabelecer prazos de retenção nas fases corrente e intermediária, definindo assim as possibilidades de eliminação, microfilmagem e recolhimento aos arquivos permanentes.<sup>8</sup>

Contudo, essa avaliação torna-se mais dificultosa, principalmente quando o arquivo não recebeu nenhum tipo de tratamento, não se obedeceu nenhum critério de prazo de guarda ou destruição, não se utilizou tabelas de temporalidades e, além do que *“ao ser chamado a um arquivo central de um órgão público, o arquivista tem que explicar, com a segurança que lhe garante sua formação profissional, que não vai ‘selecionar’, a seu bel-prazer e gosto, apenas os documentos que contenham temas ‘palpitantes’ ou assinaturas de figurões.”*<sup>9</sup>

Sabíamos que manter guardado todo aquele conjunto documental seria impossível, haja vista a questão física do ambiente disponibilizado para a montagem do Arquivo Histórico possuir exíguos 16 m<sup>2</sup>. Assim, formamos uma comissão de avaliadores, composta por professores, acadêmicos e servidores da unidade interessados em saber o que selecionar para as próximas gerações de pesquisadores, sem incorrerem no risco que declara Bellotto: *“A história não se faz com documentos que nasceram para ser “históricos”, nem com autógrafos de grandes figuras, nem com documentos isolados que signifiquem o ponto final de algum ato*

---

<sup>8</sup> JARDIM, José Maria. A invenção da Memória nos Arquivos Públicos. In: Ciência da Informação – volume 25, número 2, 1995 – artigos. Disponível em: [revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/439/397](http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/439/397). Acesso em 03 mar 2009.

<sup>9</sup> Bellotto, Heloisa Liberalli. Arquivos Permanentes. Tratamento Documental 2004.2ª edição. Rio de Janeiro.FGV,2004.320p.

*administrativo e sim, ademais de outras fontes, com a “papelada” gerada pelo cotidiano da vida administrativa”<sup>10</sup>.*

Portanto, o processo de avaliação torna-se vital para uma boa organização arquivística, não obstante, a responsabilidade dos avaliadores, buscando preservar documentos de cunho histórico, e dos administradores da instituição, preservando a perenidade dos documentos necessários para a manutenção/releitura da identidade da instituição.

Mesmo sabedores dessa responsabilidade é irresistível seguir ao processo de organizar sem questionar e assim ao levantarmos dúvidas sobre os documentos surgem questões para resolvermos, como por exemplo: Quais eram daquele universo de papéis considerados “velhos”, os documentos históricos? E, toda aquela produção administrativa deveria ser considerada histórica?

Para buscarmos respostas a esses questionamentos, seguimos a separação metodológica utilizada por Barroso (2002, p. 198)<sup>11</sup>, separando a documentação encontrada em: documentos testemunhais e documentos informativos.

Entende-se por testemunhais aqueles documentos em que a autoridade competente faz assentar informações garantindo sua veracidade, (atas, termos) ou faz emitir documentos que comprovem assentamentos (certidões, etc.) ou que comprovem fatos (atestados). Por outro lado são informativos aqueles documentos que servem de apoio a decisões e resoluções, contendo opiniões para fins específicos (pareceres, informações administrativas, relatórios, informes). Ainda nesse sentido destacamos Bellotto:

A avaliação é feita levando-se em conta o valor dos documentos, que apresenta duas facetas bem distintas: a) Valor primário/administrativo; b) valor secundário/histórico. A tarefa mais árdua, a responsabilidade maior do arquivista é justamente esta, a avaliação, quando ela tem que ser feita *a posteriori* e não com deveria ser, desde a produção<sup>12</sup>.

---

10Ibidem,p.114

11 Barroso, Vera Lucia Maciel. Arquivos e Documentos Textuais: Antigos e Novos Desafios. Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto Alegre, Porto Alegre, v. 31, n. 31, p. 197-206, 2002.

12 ibidem,pág.115

Para diferenciar valor administrativo de valor histórico, Rieger<sup>13</sup> destaca o valor primário como sendo a razão do documento, já o valor secundário é dado com valor residual, sendo conserváveis, portanto, os que apresentam valor administrativo, jurídico, financeiro para a administração de origem ou para outras administrações, depois de ter perdido seu valor primário para as operações correntes; os que podem ter valor para a proteção dos direitos cívicos; os que possuem valor de testemunho ou de “documentação funcional”, isto é, refletem a evolução histórica da administração de origem e funções que lhes são atribuídos por lei e pelos regulamentos, suas decisões e suas operações mais importantes e os que tenham valor de informação e que possam contribuir para o trabalho de historiadores, cientistas políticos, estatísticos, ou outras áreas.

Assim sendo, à medida que fomos entrando nesse universo documental produzido pela Unidade buscamos entender como começar a organizar aquele conjunto de papéis. Inicialmente, compreendendo o sentido de organização criado pela própria instituição, a Brigada Militar. Para isso, visitamos o responsável pelo acervo histórico da corporação, o Museu da Brigada Militar<sup>14</sup>, localizado em Porto Alegre. A este museu cabe além da responsabilidade pelo acervo histórico e cultural da Brigada Militar:

- guardar, inventariar, identificar, localizar, conservar e restaurar objetos, obras e documentos de valor histórico e cultural para a Brigada Militar;
- organizar e realizar mostras e exposições das atividades culturais, e incentivar a difusão estudos e pesquisas da história da Brigada Militar;
- desenvolver e a pesquisa da história da Brigada Militar.

Observamos naquele espaço, o sentido organizacional aplicado dentro das funções administrativas das Unidades. Os setores administrativos são compostos de quatro seções, identificadas pelas siglas b1, b2, b3 e b4, respectivamente seção pessoal, informações, operações e logística. Dentro do arquivo do museu, encontramos essa disposição de organização e como lógico buscamos seguir executando tal padronização.

---

<sup>13</sup> Bellotto apud Rieger, pág.117

<sup>14</sup> Ver em: <http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia/museu.asp>

Na nossa situação tínhamos em mãos um grande número de documentos, separados por caixas identificadas pela origem de produção, seus setores. Foi feita a “catalogação” geral ou o arranjo do que possuíamos em mãos (seguindo a mesma ordem de identificação escolhida pela administração da Unidade para a guarda dos documentos), para sabermos como posteriormente arranjá-las no arquivo, como explica Bellotto:

Em síntese, o arranjo (que nada mais é do que a classificação no âmbito dos arquivos permanentes) é comandado pela estrutura e pelo funcionamento da administração. O arranjo pode ser considerado a acomodação que se faz à classificação efetuada anteriormente, depois das baixas sofridas em decorrência da avaliação. (2006,pg.29)<sup>15</sup>

O acervo documental da Unidade é composto de:

Partes – diárias: Ao final da jornada de trabalho o comandante do socorro escreve um relatório ao comandante da Unidade. Este relato é escrito em livros encadernados de tamanho 30x40cm, e ali estão apontados o número de bombeiros, suas funções e possíveis alterações durante o turno de trabalho. Também podemos encontrar relato resumido de ocorrências, ou outras alterações dignas de nota pela autoridade. Como por exemplo, esses dois relatos abaixo:

“Às 23 horas o Sr. Capitão João Paranhos da Costa comandante do corpo de bombeiros fez a ‘prisão’ de um gatuno que deu o nome de Manoel Francisco, por este ter ‘robado’ um aquecedor do depósito de ferro velho. O gatuno foi conduzido deste quartel por um praça da Brigada Militar pertencente ao policiamento”.<sup>16</sup>

(Livro de Partes – diárias. 26 de junho de 1943. Folha nº82.)

Já em outra oportunidade, novamente mais uma prisão.

---

<sup>15</sup> Bellotto, Heloisa Liberalli. Arquivos Permanentes. Tratamento Documental 2004.2ªedição. Rio de Janeiro.FGV,2004.pág.29.

<sup>16</sup> Livro de Partes – diárias. 26 de junho de 1943. Folha nº82.

“foi preso pelo cabo Correa o menor Orodino Nunes. Apresentado ao oficial de dia desta corporação o menor Orodino, que se achava no depósito do ferro velho, Comunicando-se o fato a delegacia de polícia. Compareceu neste quartel o Praça da Brigada Militar Olegario Canilha que conduziu o referido menor para ser corrigido”.<sup>17</sup>

Livro de Partes –Diárias. 19 de março de 1943. Folha nº101.

Escalas de serviço: É onde podemos verificar qual a função designada a cada servidor durante o turno de trabalho. Encontramos essas escalas a partir dos anos 70.

Livro de ocorrências: Nesses livros encadernados de tamanho 30x40cm estão os relatos das ocorrências atendidas pela corporação de bombeiros durante o turno de trabalho. Ali está o relatório da ocorrência de forma pormenorizada. É o relato de quem participou da ocorrência, descrevendo quais foram as ações tomadas, as medidas de prevenção a acidentes, material empregado, se houve vítimas, perdas materiais etc. É a partir do livro de ocorrências que se torna possível produzir as certidões de ocorrências, documentos requisitados pelas vítimas dos sinistros/acidentes para sanar os prejuízos junto a seguradoras ou outros fins. Abaixo, um exemplo de relato produzido após ocorrência:

“Os A.B\* 37 e 15 saíram às 23.30hs com suas guarnições chefiadas pelo 3º sgt Denoir Dutra Xavier, afim de atender um chamado de um princípio de incêndio, no prédio nº381, na rua XV de novembro, ao chegar ao local, foi constatado pelo chefe do socorro que era um compartimento de madeira que estava *ardendo*, o qual foi extinto com uma linha direta a uma mangueira do AB 37 e do AB 15. O fogo teve origem de um fogareiro de carvão deixado nas proximidades por uma doméstica. O prédio é de propriedade do srº Vilmar e o aviso foi dado pelo fone nº3731; O socorro era composto pelos seguintes elementos: 3ºsgt Denoir Dutra Xavier, cabos Lauro, e Daniel Mateus Ramos, e sds: Vilmar Gonçalves, Conrado Teixeira, Valdemar Garcia, Darci Resende, Fabrício Garcia, Carolino Pereira e Adão Xavier”.<sup>18</sup> \*( carro auto-bomba)

---

<sup>17</sup> Livro de Partes –Diárias. 19 de março de 1943. Folha nº101.

<sup>18</sup> Livro de Ocorrências: Estação de Bombeiros de Pelotas. 21 de maio de 1956. Ocorrência do dia 28/05/1956.

Em outro relato encontramos a descrição do acidente que envolveu a guarnição que se deslocava para atender a uma ocorrência. Nesse acidente vitimou fatalmente o 3º sgt Denoir Dutra Xavier:

“Comunico-vos que o AB 37, sob a chefia do Sgt Denoir Dutra Xavier saiu às 11.50, a fim de atender um chamado para incêndio a Rua Santa Cruz nº411. composta dos seguintes praças: sgt Osvaldo Bastos, De Mello, Nímio Alves Pereira, Erasmo Alves Antunes, Pedro Carvalho, João Carlos Lopes, sendo que esse carro não chegou ao seu destino pelo o mesmo ter se acidentado com a sua guarnição contra um automóvel de placa 145351 do Distrito Federal, falecendo o sargento chefe do socorro e toda a guarnição ficando ferida”.<sup>19</sup>

Trouxemos a baila esses relatos para termos uma idéia da quantidade de informações relevantes para desenvolvermos um sem número de pesquisas dentro do campo das Ciências Humanas. Delineamos assim mais uma importância à criação desse Arquivo e a sua devida manutenção pela Unidade. Abaixo citaremos o rol de documentos encontrados no depósito da Unidade:

- atestados médicos;
- escalas de serviço de vários anos;
- ordens de serviço;
- ofício recebidos/enviados
- memorandos dos vários setores;
- plano de férias;
- solicitações de certidão de ocorrências;

---

<sup>19</sup> Livro de Ocorrências: Estação de Bombeiros de Pelotas. 21 de maio de 1956. Ocorrência do dia 24/06/1956.

- atividade executadas pela Brigada Militar;
- relatórios da Operação Golfinho, (estatísticas, participantes, ocorrências...);
- recortes de jornais com notícias de atividades dos bombeiros;
- documentos diversos, (grande nº. de caixas-arquivo com vários documentos misturados);
- boletim interno da BM (vários anos);
- formulários de ocorrência de bombeiro (FOB);
- formulário de ocorrência do GAE;(Grupo de Atendimento a Emergências)
- plantas da construção da SCI-Fragata, com respectivo diário de construção;
- livros de controle de despesas no rancho;
- livro de controle de combustíveis;
- livros de manutenção das viaturas da Unidade;
- caixas-arquivo com material de divulgação das atividades de prevenção a incêndios e de acidentes;
- balancetes do Fundo Municipal de Bombeiros;
- fotografias (ocorrências, reconstruções da Unidade, manutenção das viaturas, servidores da Unidade, atividades desportivas, visitas ao quartel, etc)

Como percebemos o fundo documental dominante são as informações referentes à administração da corporação e das suas subunidades. Entretanto, dentro desse universo documental sem dúvida dispõe-se á reminiscência das atividades dos Bombeiros, dos acontecimentos relevantes, das ocorrências marcantes, que ao longo do tempo vão sendo esquecidas, como bem sabemos o quão é traidora nossa memória. Lowenthal escreve que a memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido e sim subjetivo, um guia para o passado, tendo como função *“não preservar o passado, mas adaptá-lo, enriquecendo e manejando o presente”*

Nossa função aqui é justamente essa, preservar uma parte desse passado, tentando quem sabe reescrevê-lo com novos olhares.

Não somos inocentes ao ponto de acreditarmos que aqueles documentos são “A História da Unidade”, temos que levar em conta que todo documento é uma montagem que deve ser desmontada, reconstruída e interpretada, buscando compreender os processos que levaram a sua produção e quais os interesses naquele momento por que: *“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.”*<sup>20</sup>

Conclusão:

Expusemos ao longo do artigo como está sendo realizada a montagem do Arquivo Histórico do Corpo de Bombeiros de Pelotas. Reiteramos a importância da criação desse Arquivo à medida que a memória de um grupo perde-se ao longo do tempo, e assim uma parte da identidade de uma instituição também desvanece.

Mostramos como estamos construindo o arranjo documental da Unidade e quais passos percorreremos para atingirmos nossas metas. Trouxemos uma mostra resumida de que tipos de documentos estamos trabalhando e quais as especificidades, genericamente apontadas. Destacamos ainda, a importância para a organização desse Arquivo pautando nossos objetivos em quatro pontos: A administração, aos servidores da Unidade, aos pesquisadores e a comunidade em geral. Entendemos que o arquivo da instituição tem uma finalidade específica que é a utilização pela administração seja o arquivo de gestão seja o Arquivo Permanente onde busca-se a informação de um determinado período. Assim, para o servidor a existência do Arquivo organizado e catalogado facilitará a busca por provas, testemunhos e suportes necessários a execução de suas atividades, à comunidade o Arquivo poderá revelar informações importantes a busca de direitos junto ao governo, ou a instituições privadas, e para os pesquisadores destacamos as palavras de Bellotto:

---

<sup>20</sup> LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4.ed. Campinas:Unicamp, 1996.)

(..) um arquivo público define sua posição na estrutura administrativa e assegura seu papel no contexto social que integra, recolhendo, preservando, processando e divulgando documentos de valor permanente. Se, no entanto, essa sociedade conformar-se em nele ver apenas um “depósito de papéis velhos”, sem lhe compreender a função e a utilidade, ela não terá meios eficazes de reencontrar sua memória, condenando-se a si mesma à ignorância dos fatos, das coisas e dos homens que a edificaram tal como é.<sup>21</sup>

O Arquivo é fonte de pesquisa e somente a existência dele é que seu trabalho poderá ser revelado por completo.

---

<sup>21</sup> Bellotto, 2006, p. 246.

Referências bibliográficas:

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos Relevantes para o Desenvolvimento do Turismo Cultural. in: Caderno Virtual de Turismo.vol.5, nº3, 2005, p. 30.

Bellotto, Heloisa Liberalli. Arquivos Permanentes. Tratamento Documental 2004.2ªedição. Rio de Janeiro.FGV,2004.320p.

BERNARDES, Ieda Pimenta: Como avaliar Documentos de Arquivos. São Paulo: Arquivos do Estado, 1998, p. 12.

Ferreira, Lúcia de Fátima e Moraes, Laudereida Eliana. Preservação de Acervos Arquivísticos e Promoção da Cultura Local. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. Disponível em: [www.ufmg.br/congrent/culturacultura21pdf](http://www.ufmg.br/congrent/culturacultura21pdf). Consultado em 08 de março de 2009.

JARDIM, José Maria. A invenção da Memória nos Arquivos Públicos. In: Ciência da Informação – volume 25, número 2, 1995 – artigos. Disponível em: [revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/439/397](http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/439/397). Acesso em 03 mar 2009.

LE GOFF, Jacques.História e Memória. 4.ed. Campinas:Unicamp, 1996.)

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. in.Revista estudos Históricos.Rio de Janeiro.n17,1996.disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/186.pdf>. acesso em 06 de março de 2009.